

**DARIO VELLOZO, ESCOLA MODERNA E O REGULAMENTO DE ENSINO DE  
1909: NOTAS DOS EMBATES E DEBATES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO  
PARANÁ**

**DARIO VELLOZO, MODERN SCHOOL AND THE TEACHING REGULATION OF  
1909: NOTES FROM THE DISPUTES AND DEBATES ABOUT PUBLIC  
INSTRUCTION IN PARANÁ**

**DARIO VELLOZO, ESCUELA MODERNA Y EL REGULAMIENTO DE  
ENSEÑANZA DE 1909: NOTAS DE LOS ENFRENTAMIENTOS Y DEBATES  
SOBRE LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA EN PARANÁ**

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins  
flavioruckstadter@uenp.edu.br  
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná  
ORCID (<https://orcid.org/0000-0002-0430-0866>)

MELLO, Maria Beatriz de Almeida  
mariabeatrizalmeidamello@gmail.com  
UEM – Universidade Estadual de Maringá  
ORCID (<https://orcid.org/0000-0003-0816-7561>)

## **RESUMO**

O artigo analisa debates e embates sobre a instrução pública no Paraná, durante a primeira década do século XX. A pesquisa elegeu textos do intelectual Dario Vellozo, publicados no periódico *A Escola*, como suas principais fontes. Parte-se do pressuposto de que os periódicos possibilitam amplas perspectivas de análise aos historiadores da educação. Neste caso, permitem analisar os projetos educacionais e societários em disputa no início do século passado. O referencial teórico e metodológico para análise foi pautado em Antonio Gramsci, em suas discussões acerca da função dos intelectuais na organização da cultura. Por meio da investigação, foi possível identificar intensos e complexos debates intelectuais sobre a organização da instrução pública no período em questão.

**Palavras-chave:** Educação no Paraná. Dario Vellozo. Instrução Pública.

## **ABSTRACT**

This article analyses the disputes and debates about the public instruction in Paraná during the first decade of the 20th century. The research elected the writings of the intellectual Dario Vellozo, published on the journal *A Escola*, as its main sources. It is assumed that the journals allow broad perspectives of analysis and, in this case, allow to analyse the educational and society projects in dispute at the beginning of the last century. The theoretical and methodological framework was based on Antonio

Gramsci, in his discussions about the role of the intellectuals on culture organization. Through investigation it was possible to identify complex intellectuals' debates about the organization of public instructions in the period in question.

**Key words:** Education in Paraná. Dario Vellozo. Public Instruction.

## RESUMEN

El artículo analiza los debates y enfrentamientos sobre la instrucción pública en Paraná durante la primera década del siglo XX. La investigación eligió textos del intelectual Darío Vellozo, publicados en el periódico *A Escola*, como sus principales fuentes. Se parte del supuesto de que los periódicos permiten amplias perspectivas de análisis a los historiadores de la educación y, en este caso, permiten analizar los proyectos educacionales y sociales en disputa en el inicio del siglo pasado. La referencia teórica y metodológica para el análisis fue guiada por Antonio Gramsci, en sus discusiones acerca de la función de los intelectuales en la organización de la cultura. Por medio de la investigación fue posible identificar intensos y complejos debates intelectuales sobre la organización de la instrucción pública en el período en cuestión.

**Palabras clave:** Educación en Paraná. Dario Vellozo. Instrucción pública.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto analisa debates e embates em torno da organização da instrução pública no Estado do Paraná durante a primeira década do século XX. Para tanto, utiliza como fonte histórica principal o periódico *A Escola*, que foi publicado entre 1906 e 1910, pelo *Grêmio dos Professores Públicos do Paraná*. Essa revista, como fonte para História da Educação, oferece amplas perspectivas de análise, em função de seu rico conteúdo. Seus exemplares veiculavam textos que discutiam diferentes assuntos, como métodos de ensino, questões de higiene nas escolas, lições de português, francês, história, geografia, relatório de inspetores de ensino e de professores, poemas, músicas, contos, notícias; discussões sobre reformas no ensino e textos de educadores de destaque, tanto brasileiros quanto internacionais.

Além dessa diversidade de assuntos, do ponto de vista dos autores dos textos publicados, há uma variedade de personalidades ligadas ao Ginásio Paranaense e à Escola Normal de Curitiba, tanto professores quanto estudantes de ambas instituições, professores do ensino primário e demais intelectuais em geral. Nesse sentido, por meio da investigação acerca destes debates intelectuais, é possível identificar os projetos de educação e, em consequência, de sociedade, em disputa no contexto paranaense do início do século passado.

O trabalho com o periódico como fonte requer alguns cuidados, uma vez que as ideias existentes em determinada revista podem estar diretamente relacionadas aos interesses daqueles que a publicam (ou a patrocinam). Ao eleger tais fontes, abre-se uma possibilidade para que sejam vislumbrados, através de suas páginas, os projetos políticos que estavam em disputa, concepções, problemas e interesses de determinados grupos na época (ZANLORENZI, 2010). Além disso, os periódicos se constituem como instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, permitindo uma análise das lutas por legitimidade que se travam no interior do campo e que podem ser vislumbradas a partir dos embates dos agentes produtores da organização dos sistemas de ensino (BASTOS; BILHÃO; SILVEIRA, 2019).

As análises apresentadas neste artigo integram os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo geral analisar os debates educacionais na revista *A Escola*. Para isso, foi realizada consulta a todos os números da revista, que estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. No total, há 24 publicações, distribuídas entre os anos de 1906 e 1910. O número de páginas e a periodicidade variam. Seu primeiro diretor foi o intelectual paranaense Sebastião Paraná (1864-1938), no ano de 1906; depois dele, assumiu a direção Dario Vellozo (1869-1937), até o fim das publicações, em 1910. Cada exemplar contém informações sobre a direção do *Grêmio dos Professores*, além dos nomes dos ocupantes de cargos na Secretaria de Instrução Pública naquele período. Sebastião Paraná, por exemplo, era Inspetor da Capital no mesmo período em que era redator-chefe da revista, o que sinaliza eventual conexão entre os interesses do periódico e os interesses do Governo do Estado.

Dentre os autores publicados, alguns nomes foram mais recorrentes, como Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos (1862-1917), Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955), Conego Braga, Agostinho Ermelino de Leão Junior (1892-1953), Lourenço de Souza, Lisymaco Ferreira da Costa (1883-1941), Veríssimo de Souza, Emiliano Pernetta (1866-1921), Julio Pernetta (1869-1921), Francisco Guimarães (1875-1946), Brazilio Costa, Elvira Faria Paraná, Julia Wanderley Petrich, Esther Pereira, Florentina Vítel, Esther Silva, Euzébio Silveira da Motta (1870-1920) e José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933).

Alguns nomes mais conhecidos demonstram que a equipe da redação era formada por jornalistas, advogados, médicos, escritores, poetas, políticos, professores do Ginásio e da Escola Normal, entre outras funções, e que integravam a elite intelectual paranaense. Muitos deles também ocuparam, em diferentes momentos, algum cargo no Governo do Estado do Paraná. Era um grupo formado, majoritariamente, por homens, embora algumas mulheres também tenham publicado textos e relatórios sobre as experiências em sala de aula e discutido métodos de ensino, dentre outros assuntos.

Após realizar um mapeamento dos textos publicados, categorizando-os por temas discutidos e autoria, destacou-se a grande atuação de Dario Vellozo na publicação do periódico. Além dos trabalhos assinados por ele, Vellozo também publicou traduções de obras de outros autores, além de ser constantemente mencionado nos demais artigos. Para este texto, foi realizado o recorte a partir da produção de Vellozo e os embates e debates educacionais em torno da organização da instrução pública no início da República paranaense. É importante observar, a partir de Antonio Gramsci, que uma das funções desempenhadas pelos intelectuais na sociedade é em relação à organização e direção de debates com o objetivo de produzir consenso ao redor de determinadas questões. Esse consenso pode ser gerado através da cultura e educação, tornando-se uma maneira alternativa aos meios tradicionais de coação jurídica e coerção policial. Os intelectuais não estão dissociados das lutas e disputas da sociedade e, geralmente, organizam a cultura ao redor de si, de acordo com o interesse do grupo ou classe a que pertencem. É nesta perspectiva que a figura de Dario Vellozo e do grupo de professores ligados à revista foram investigadas. Entende-se que a análise deve ser realizada de modo articulado com o contexto histórico, social, econômico, político e cultural em que estavam inseridos (GRAMSCI, 2011).

## **2 DARIO VELLOZO E A PROPOSTA DE ESCOLA MODERNA NAS PÁGINAS DA REVISTA A ESCOLA**

Dario Vellozo foi um intelectual de intensa atividade. Publicou livros, revistas, poemas, compêndios, além de ter lecionado no Ginásio Paranaense e na Escola

Normal de Curitiba. Nas páginas da revista *A Escola*, esse autor fez defesa e propaganda de suas ideias, principalmente no que se refere à educação.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1869, mudou-se para Curitiba aos 16 anos. Sua ligação com a imprensa surgiu desde muito jovem, visto que trabalhou em oficinas tipográficas, exercendo a função de aprendiz de encadernador, tipógrafo, editor e redator. Fundou, ajudou fundar e escreveu para diferentes revistas, como “Club Curitibano” (1890-1891); “Cenáculo” (1895-1897), que tinha como objetivo discutir literatura e alcançou notoriedade no cenário brasileiro; *A Esfinge* (1889-1908), que fundou para propagar estudos esotéricos e ciências ocultas; *Ramo da Acácia* (1909-1912), fundada para propagar estudos sobre Teosofia e Pitagorismo; *Mirto e Acácia* (1916-1920), para estudos iniciáticos; as revistas *Pitágoras* e *Luz de Crótona*, que circularam entre 1920 a 1927 e eram dedicadas ao estudo de Teosofia, Maçonaria e Pitagorismo. Além disso, fundou revistas voltadas para a educação, como é o caso da revista *A Escola* (1906-1910), *Pátria e Lar* (1912-1913) e *Brazil Cívico* (1918-1919).

Também publicou livros de diferentes gêneros, desde contos, poemas, traduções, romances até obras didáticas, como o *Compêndio de Pedagogia* (1907) e *Lições de História* (1902). O primeiro se trata de um manual didático para ser utilizado pelos alunos da Escola Normal e o segundo traz resumos sobre história ocidental, em ordem cronológica. No total, foram 25 livros publicados entre 1889 e 1920 (RUCKSTADTER; NODA, 2017).

Em 1913, Vellozo fundou a Escola Brazil Cívico, na cidade de Rio Negro (PR). As atividades tiveram a duração de apenas um ano, até serem transferidas para a capital paranaense, por conta da Guerra do Contestado (1912-1916). Na escola, ele buscou desenvolver seu projeto educacional, a Escola Moderna (RUCKSTADTER; NODA, 2017). Também fundou o Instituto Neo-Pitagórico, em 1909, na cidade de Curitiba, que existe até os dias atuais. O objetivo era congregar os seguidores do intelectual e estudantes.

Inserido no movimento anticlerical da cidade de Curitiba, Dario Vellozo era um de seus principais representantes. Mais do que um posicionamento contrário à Igreja Católica, o professor defendia que a instrução pública fosse laica, pautada na razão e na ciência. No início da Primeira República, diferentes grupos pautavam a secularização da sociedade e a laicização do ensino, como os maçons, os liberais,



positivistas, militares, bem como mestres e professores, formando um grupo heterogêneo (RUCKSTADTER; NODA, 2017).

A revista *A Escola* era organizada por intelectuais que possuíam, em maior ou menor grau, o mesmo projeto de educação. Tinham como objetivo comum se comunicar com um público específico, em sua maioria professores, de modo que pudessem interceder de alguma maneira nos assuntos da instrução pública do Estado.

Vale ressaltar que *Estado* pode ser compreendido de maneira ampliada, abarcando duas esferas sociais: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira possui um aparato estatal e legislativo, enquanto a segunda é composta pelas instituições privadas, que atuam sobre a esfera econômica pela organização dos meios de produção. A relação que se dá entre sociedade civil e política torna o Estado um espaço de tensões políticas e econômicas. Nesse ambiente tensionado, os intelectuais operam na sociedade civil e suas ações procuram estabelecer consenso entre diferentes grupos sociais (GRAMSCI, 2011).

A atuação dos intelectuais no estabelecimento de consensos possibilita o exercício de hegemonia por determinado grupo social. Hegemonia é, portanto, o resultado da transformação do consenso em poder político e do domínio coercitivo do Estado em direcionamento cultural e político exercido no ato de legislar. O palco de sua luta é a sociedade civil. Essa luta hegemônica leva à formação do bloco histórico, uma unidade homogênea que tem o Estado como expressão de coesão entre a sociedade civil e a sociedade política (GOMES, 2014). Nesta perspectiva, entende-se que a revista, como fonte histórica, pode fornecer informações que permitam análise de maneira mais ampla do fenômeno educacional e de suas diferentes expressões no período, através da investigação sobre o posicionamento dos professores diante dos embates relacionados à educação e outros assuntos. Assim, a leitura dessas fontes possibilita investigar a atuação de intelectuais na sociedade civil em busca do consenso na luta hegemônica que conduz à formação do bloco histórico.

A partir do pressuposto de que um projeto de educação é também um projeto de sociedade, os textos de Dario Vellozo, publicados na revista, além de se constituírem como textos educacionais, contém seus anseios para a sociedade

paranaense e brasileira. Com um olhar mais cuidadoso, é possível desvelar diferentes embates que foram travados naquela época.

No Brasil, o início do século XX marcava os primeiros anos e a consolidação da República. Ideias de identidade nacional e modernização foram muito difundidas, chegando até o campo da educação. A ideia de que a difusão das escolas seria responsável por regenerar a população, levaria ao progresso nacional e colocaria o país ao lado das grandes economias mundiais era muito presente (NAGLE, 1974).

Além do entendimento de que o desenvolvimento econômico estava atrelado à educação, os analfabetos haviam sido excluídos do processo eleitoral, tecendo um cenário de que, no Brasil recém-transformado em República, apenas 6% da população votava. Dessa forma, o Brasil adentrou o século XX muito atrasado, se comparado a outros países, frente às questões educacionais. Enquanto o século XIX é conhecido por ser o século das luzes, o sistema nacional de ensino no Brasil permaneceu “no rol das ‘ideias que não se realizam’” (SAVIANI, 2013).

Apesar dos debates no final do Império apontarem para a construção de um sistema nacional de ensino, com uma instrução pública e o ensino primário sob responsabilidade do governo central, isso não se consolidou durante a República. Na realidade, o governo da união renegou essa responsabilidade, ficando a cargo dos estados a competência de legislar e prover o ensino.

Algumas discussões se tornaram latentes no pensamento pedagógico do período. A tensão entre a percepção do papel do Estado como central no desenvolvimento da sociedade *versus* a recusa em aceitar seu protagonismo, que constituía pano de fundo para o pensamento liberal brasileiro, expressava-se em diferentes vertentes: positivismo, evolucionismo social, liberalismo político em suas versões moderada, radical e republicana (SAVIANI, 2013).

O momento também era marcado por uma outra tensão, que enxergava a reforma educativa como a base para a reforma política e esta, por sua vez, deveria ser a indutora da primeira.

Considera, então, como base da reforma, a reconstrução do caráter nacional e do sentimento nacional do povo brasileiro, definindo como eixos da nova organização do ensino a educação do caráter, a educação cívica, a educação física e o papel da mulher como educadora do caráter das novas gerações (SAVIANI, 2013, p. 169).

O Paraná, assim como outras unidades da federação, também estava organizando seu sistema de instrução pública. Em 1901, através do decreto n. 93, de 11 de março, o estado publicou o Regulamento da Instrução Pública, assinado pelo governador Francisco Xavier da Silva (1838-1922) e Octavio Ferreira do Amaral e Silva (1869-1942), então Secretário de Estado, Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.

Se comparado ao anterior, de 1890, o novo regulamento pretendia uma organização mais completa do sistema de ensino. Sistematizava o ensino primário nas escolas públicas e particulares, o ensino secundário da Escola Normal e Ginásio Paranaense e em outros estabelecimentos afins. Além disso, tratava das funções do secretário do interior, do diretor geral e dos inspetores da instrução pública e fornecia o programa de ensino dos diferentes níveis.

Logo após sua publicação, o regulamento passou a receber críticas, principalmente pelo novo secretário de estado, José Bento Lamemha Lins (1866-1922), que compunha o governo de Vicente Machado (1860-1907) (PARANÁ, 1904). Na revista *A Escola*, Dario Vellozo endossava as críticas ao Regulamento, bem como a todo o funcionamento da instrução pública. Eram temas centrais de seus textos o desenvolvimento da instrução pública como ferramenta para o progresso econômico e social da nação, a laicização do ensino, além da compreensão de que o Estado deveria ser o principal responsável por prover a instrução do povo.

Segundo o intelectual, os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país não eram de ordem racial, como era comum de se pensar, naquele momento, que a eugenia era uma ideia hegemônica nos círculos intelectualizados. Para ele, o problema e a solução para estas questões se encontravam na instrução pública.

Ao mesmo tempo que a instrução ficaria incumbida de solucionar os problemas de ordem econômica e social, também deveria educar cada classe segundo seu papel a ser desempenhado na sociedade. Vellozo entendia, baseado em ideias positivistas, que cada sujeito possuía uma função orgânica dentro da sociedade e que era impossível educar um patricio para ser um servo, por exemplo.

Em um de seus textos, o intelectual faz menção a Benjamin Constant (1836-1891) e sua reforma no ensino primário e secundário no Distrito Federal, em 1890.



Para Vellozo, foi uma importante reforma, pois lançou os pilares para um modelo de ensino nacional.

Em sua análise, Dario Vellozo apontava que, apesar de o Brasil ter todas as características necessárias para ser uma nação desenvolvida, isso não havia acontecido, pois o país possuía um sistema de ensino inferior. Para ele, os professores não entendiam a missão cívica e nacionalista que tinham e, tal qual estava organizado, o sistema de ensino era desprovido de objetivos e propósito. A reforma de Benjamin Constant, realizada no Distrito Federal, em 1890, deveria ter se tornado modelo para o sistema de ensino nacional. Ao contrário disso, a instrução pública era fragmentada e desorganizada.

Após diagnosticar essas falhas, Vellozo apresentou uma saída para as dificuldades enfrentadas. Tendo como referências as ideias de Edmond Demolins (1852-1907) e Francisco Ferrer Guardia (1859-1909), delineou um projeto para a instrução, com o nome de Escola Moderna, inspiração direta de Ferrer. Tinha como principal fundamento unir conhecimentos teóricos às atividades práticas, com o objetivo de tornar os alunos “[...] apto(s) e forte(s) para a vida” (A ESCOLA, 1907, p. 81).

Demolins, pedagogo francês, foi contemporâneo de Dario Vellozo e uma das principais referências para a elaboração de seu projeto educacional. Em 1899, Demolins fundou a École des Roches, na França, sob inspiração da escola de Cecil Reddie (1858-1932). Essas escolas integram um movimento chamado de escolas novas. A principal característica é que a criança e as atividades desempenhadas deveriam ser o centro da ação educativa. O movimento se difundiu principalmente pela Europa ocidental, Estados Unidos e Brasil, durante os anos de 1920 (CAMBI, 1999). A escola fundada por Demolins tinha como objetivo principal:

[...] operar uma formação global da criança, tanto intelectual, como física, moral e social. (...) O estudo é desenvolvido segundo a caracterização de ‘centros de interesse’, que têm na base o vínculo dos rapazes com ‘a terra’, vista como elemento predominante nas atividades econômicas e sociais. Isso leva também à valorização das atividades práticas, presentes tanto no curso de estudos como nas ocupações recreativas (CAMBI, 1999, p. 516).

A escola deveria se localizar no campo, de modo que os professores e alunos tivessem contato com atividades agrícolas. Os estudantes poderiam andar em liberdade e morariam em ambientes domésticos, que lembrariam a casa de seus pais.

Outra referência fundamental para Vellozo foi Francisco Ferrer, pedagogo catalão. Além de ser contemporâneo de Dario Vellozo, também era maçom e integrava o movimento anticlerical na Espanha. Após o fracasso da insurgência republicana, em 1886, Ferrer teve que se exilar na França, onde se aproximou do movimento anarquista. Retornando à Espanha no final do século XIX, ele fundou a Escola Moderna. Tinha como princípio o ensino baseado na razão, ciência e liberdade, de modo que cada indivíduo se tornasse autônomo na sua forma de entender o mundo. A escola previa a coeducação dos sexos e classes (GALLO, 2013).

Após ser perseguido pela monarquia espanhola, a escola foi fechada e Ferrer foi acusado de ser mentor de diversos movimentos insurgentes contra a Coroa. Em 1909, ele foi acusado, condenado e executado (GALLO, 2013). A ação foi duramente repudiada por Vellozo, em seus textos na revista *A Escola*. Ele não só publicou notícias sobre a injusta execução, como escreveu textos em defesa do pedagogo e publicou traduções de alguns de seus escritos, como *A reforma da Escola*.

Dario Vellozo publicou, na revista, o Plano e Programa de Estudos da Escola Moderna. O curso era dividido em primário, secundário e especial. O primário era dividido em dois anos e direcionado para crianças na faixa etária de sete a dez anos. O propósito era capacitar os estudantes para o secundário, de duração de três anos, destinado para crianças de dez a treze anos, com disciplinas teóricas e práticas. Também tinha como objetivo a preparação para o seguinte e último ciclo, o especial. Este era indicado para alunos de treze a quinze anos, também com duração de três anos. Neste nível de ensino, o aluno poderia frequentar todas as aulas que eram lecionadas ou, então, optar por disciplinas que estavam ligadas ao ramo de atuação escolhido. As opções eram o magistério, ginásio ou comércio. Na primeira, ele assistiria aulas de pedagogia; na segunda, as aulas de latim e, por fim, na última opção, acompanharia a disciplina de escrituração mercantil.

A estrutura da escola deveria contar com uma área para atividades culturais, laboratório para desenvolvimento de atividades de física e química, piscinas para natação, marcenaria, tipografia, encadernação, alfaiataria, parques, jardins, estádios para jogos, laboratórios de serralheria, enfim, atividades que tinham por objetivo o desenvolvimento físico e mental dos alunos. Além disso, os alunos seriam acomodados com os professores em casas próprias, para que não fosse rompida a

vivência no ambiente familiar. Castigos corporais e humilhações eram condutas abominadas por Dario Vellozo e terminantemente proibidas no âmbito da escola.

Assim, a Escola Moderna prepararia os alunos para a vida prática, formando-os para atuar na agricultura, comércio e artes industriais, ao contrário do sistema de ensino vigente, que deixava seus alunos à mercê da sorte.

O programa divulgado na revista contava com o cronograma de funcionamento, o período para realização das matrículas, início e término das aulas e férias. Também estavam discriminadas as disciplinas, a carga horária e a distribuição de cada uma nos cursos. Atividades ligadas às artes, como concertos, leituras e declamações, deveriam ser realizadas à noite, no contraturno das aulas. Dario Vellozo ainda menciona que, caso a Escola Moderna fosse subvencionada pelo governo, o valor da matrícula poderia cair pela metade e, assim, mais alunos, sem condições de pagar, poderiam ser aceitos.

É importante mencionar que a revista contava com uma subvenção do Estado para ser publicada. Esta condição era um tanto quanto instável, visto que, após ter passado alguns períodos sem receber, a subvenção chegou ao fim no ano de 1909. Esta situação, aliada a outras questões, foi determinante no posicionamento da revista diante do governo estadual no que concerne às questões ligadas à educação.

### **3 PROJETO(S) DE EDUCAÇÃO: OS EMBATES DA SOCIEDADE PARANAENSE**

Em 1907, ano em que Dario Vellozo publicava o Plano e Programa de Estudos da Escola Moderna, os membros do Grêmio dos Professores fundaram a Liga do Ensino. O principal objetivo era lembrar o governo paranaense sobre a necessidade de reformar a instrução pública (A ESCOLA, 1907, p. 5). A fundação da Liga, liderada por Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, além das publicações da revista *A Escola*, demonstram a existência do interesse nos rumos da educação. Também mostra que as pessoas envolvidas estavam dispostas a disputar com seus projetos se organizando de diferentes maneiras, não apenas de forma institucional.

Apesar das diferenças entre as propostas para a instrução pública de cada um dos intelectuais envolvidos na publicação da revista (Sebastião Paraná, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Dario Vellozo, dentre outros), havia um objetivo em

comum: o de reformar a instrução no Estado. Como ela seria reformulada e qual grupo lideraria o processo foi motivo de intensos debates durante os anos de 1907 e 1910.

Alguns dias após a fundação da Liga (de duração efêmera), a revista veiculou uma notícia de que um projeto de reforma da Instrução Pública (possivelmente elaborado por seus membros) havia sido apresentado ao Congresso Legislativo do Paraná, em 17 de fevereiro de 1907. O fato é que, em abril de 1907, foi aprovada a lei n. 723, posteriormente regulamentada pelo decreto nº 479, em 12 de dezembro do mesmo ano, entrando em vigor em 16 de janeiro de 1908. O decreto funcionou como uma espécie de novo Regulamento da Instrução e suas principais alterações em relação ao anterior foram: centralização da formação de professores, fiscalização das escolas, mudança na classificação de professores, unificação dos livros e métodos de ensino e organização de exames. O decreto, no entanto, teve uma vida breve, sendo suspenso no mês seguinte, em fevereiro de 1908. A mesma lei que o suspendia determinava que deveria voltar a vigorar o Regulamento de 1901 e uma comissão especial foi eleita para a elaboração de um novo regulamento.

Se a aprovação da lei foi resultado dos esforços empreendidos pelo grupo que estava ligado à publicação da revista *A Escola* e à Liga de Ensino, ou não, não é possível determinar com certeza. Contudo, algumas observações podem levar a algumas hipóteses. A aprovação da lei n. 723, de 3 de abril de 1907, aconteceu durante o mandato de João Cândido Ferreira, que havia se tornado presidente do estado após a morte de Vicente Machado. O elo que liga o político ao grupo da revista e à Liga de Ensino é Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, professor da Escola Normal e do Ginásio e que publicava na revista, até se afastar para concorrer às eleições de 1908, como deputado estadual, apoiando a candidatura de João Cândido Ferreira para presidente do estado (SOUZA, 2012). Nas eleições daquele ano, foi eleito para o pleito Francisco Xavier da Silva. Apenas três dias após tomar posse, em 28 de fevereiro de 1908, ele determinou que o decreto expedido em 1907 fosse suspenso. Chama atenção o fato de que o Regulamento de 1901, que voltou a vigorar, havia sido decretado por ele, quando presidente do estado, entre 1900 e 1904.

Durante o período em que a comissão eleita para a elaboração de um novo regulamento ainda estava empenhada no trabalho, em 11 de março de 1909, Dario Vellozo apresentou o *Projecto de reforma da Instrução Pública*, em uma sessão no

Congresso Legislativo do Paraná. Em um dos artigos do projeto, constava que o Poder Executivo estaria autorizado a subvencionar a Escola Moderna numa quantia de vinte e cinco contos de réis anuais, durante cinco anos, e, ainda, que ela seria fundada na capital do estado por Dario Vellozo. Entretanto, o Congresso rejeitou a proposta e não concedeu a subvenção.

Além deste embate direto do professor Vellozo com o Congresso Legislativo e o governo do estado, neste mesmo ano a revista parou de receber a instável subvenção do estado para sua publicação. Apesar disso, a Diretoria do Grêmio dos Professores Públicos decidiu prosseguir com a publicação, contando apenas com os valores pagos pelos assinantes. Coincidência ou não, as publicações da revista e, principalmente, de Dario Vellozo, assumiram um tom oposicionista ao governo, com duras críticas.

Finalmente, em 15 de outubro de 1909, o novo regulamento foi publicado. Em relação ao anterior, o recém-publicado apresentava algumas diferenças fundamentais na organização da instrução. Instituiu como autoridades auxiliares do ensino ao governo do Estado os seguintes órgãos: Conselho Superior de Ensino, Conselho Municipal e Delegados do Ensino, além do Diretor Geral da Instrução e dos Inspectores Escolares, que já era previsto no Regulamento de 1901.

O Conselho Superior de Ensino deveria ser formado por três membros fixos, sendo eles: o Diretor Geral da Instrução Pública, o Diretor do Ginásio Paranaense e o Diretor da Escola Normal da Capital. Os outros membros deveriam ser eleitos. O Ginásio Paranaense deveria eleger um suplente; a Escola Normal da Capital, outro; os professores públicos da capital deveriam eleger dois e, por fim, os professores e diretores de estabelecimentos particulares deveriam eleger dois representantes. O diretor do conselho deveria ser o Diretor Geral da Instrução Pública e cada um dos membros deveria ter um suplente e o mandato dos membros eleitos teria duração de três anos, podendo concorrer à reeleição por pelo menos uma vez.

O conselho deveria ser organizado em quatro comissões permanentes: a de legislação, a pedagógica, a de justiça e a de recenseamento. Os membros de cada comissão também deveriam ser eleitos anualmente e ficariam responsáveis por deliberar questões referente a leis de educação, métodos pedagógicos, processos



disciplinares, recenseamento das escolas e população escolar e as medidas necessárias ao tema.

Também tinha como atribuição: emitir pareceres sobre métodos de ensino, buscando sua uniformização; indicar compêndios e livros a serem utilizados; organizar os regimentos internos das escolas e grupos escolares; propor a criação de prédios, laboratórios, vagas de professores; promover conferências e publicar revistas sobre questões pedagógicas e as necessidades da instrução.

O Conselho Municipal de ensino deveria ser composto pelo inspetor escolar da sede, mais dois professores públicos de destaque, eleitos pelos membros do Conselho Superior. As funções atribuídas ao conselho municipal de ensino eram semelhantes às do órgão superior, porém, no nível municipal.

Os delegados de ensino, por sua vez, seriam responsáveis por fiscalizar, do ponto de vista técnico, o ensino, de acordo com a região a que estavam destinados, e os inspetores de ensino deveriam fiscalizar do ponto de vista administrativo.

O ensino primário deveria ser dividido em três cursos: infantil, elementar e complementar. No Regulamento de 1901, eram previstos apenas dois graus de ensino, sendo separado entre meninos e meninas.

Além das matérias básicas, como português, noções de história e geografia, gramática e aritmética, o Regulamento de 1909 também previa francês, fundamentos de física, química, mineralogia, botânica, zoologia, agronomia, higiene, noções de escrituração mercantil, música e trabalhos manuais.

O ensino secundário seria ministrado no Ginásio Paranaense; esse destinava-se ao preparo dos candidatos aos cursos superiores. Compreendia, também, o ensino Normal, destinado ao preparo e à formação de professores. O novo regulamento instituiu a duração do curso Normal de três para quatro anos, além da separação do Ginásio. Previa, também, a organização dos cursos profissionais, que seriam ministrados pelos institutos agrônomo e comercial da capital.

Nas páginas da revista *A Escola*, o novo regulamento foi elogiado como o melhor já publicado até aquele momento. Apesar disso, algumas falhas foram apontadas. Segundo a redação da revista, os vencimentos dos professores foram reduzidos, a educação física havia ficado de fora e, meses após a publicação, os conselhos ainda não tinham se organizado.

Outro problema apontado pelo Grêmio dos Professores através da revista era o fato de alguns cargos serem ocupados por profissionais que não eram ligados à instrução pública, como juízes que poderiam ser nomeados inspetores e delegados da instrução. Estes cargos eram os mais bem remunerados. Segundo a revista, os mesmos deveriam ser ocupados por professores, que entendiam melhor dos assuntos da instrução pública.

O que não se esperava é que esse regulamento também fosse suspenso, voltando a vigorar, novamente, pela terceira vez, o Regulamento de 1901. A ação foi veementemente repudiada pelo Grêmio dos Professores e as críticas também foram endossadas por outros jornais, como o *Diário da Tarde*. Sobre o assunto, a revista *A Escola* publicou a seguinte nota:

Pela terceira vez está vigorando o regulamento de 1901, o que é dizer que em dez anos nada adiantamos em matéria de instrução pública. É esse um fato deplorável. Dois regulamentos do ensino foram organizados e postos em execução, e ambos revogados, o primeiro em menos de um mês, e o outro depois de quatro. Significará isso que não existem pessoas competentes para organizar uma boa lei do ensino? O regulamento de 1909, o melhor que teve o Paraná, adotava medidas adiantadas e de alto valor pedagógico, e por isso foi julgado superior ao que podia o Paraná, e... foi revogado. O Paraná é mesmo uma infeliz terra, e nunca terá a importância de S. Paulo e muitos outros Estados da República. Aqui só se trata de política, e nada mais (A ESCOLA, 1910, p. 260).

Segundo a narrativa adotada pela revista, o responsável pela revogação do regulamento de ensino foi Dr. Arthur Pedreira Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, que “[...] por absoluta incompetência ou por má vontade, entendeu que o novo regulamento não deveria continuar em execução, e o governo, por intermédio do congresso, mandou sustá-lo, voltando regulamento antigo!!” (A ESCOLA, 1910, p. 261).

O Diretor Geral da Instrução, por sua vez, em relatório de 1910, afirma que o regulamento teve de ser suspenso, pois era avançado demais para o estado, que não possuía verbas o suficiente para adotar todas as resoluções necessárias, ficando deficiente em vários aspectos. Mesmo de acordo com a suspensão do regulamento, ele defendia a necessidade de reformar a instrução; ele também considerava o Regulamento de 1901 ultrapassado e ineficiente para tratar os problemas.

#### 4 CONCLUSÕES E INQUIETAÇÕES...

Os debates empreendidos por Dario Vellozo e outros intelectuais nas publicações da revista *A Escola*, se analisados em conjunto com os embates realizados em outros espaços da sociedade paranaense, demonstram que estes professores consideraram diferentes estratégias para levarem adiante seus projetos.

O campo de batalha entre sociedade política e sociedade civil, representado, neste caso, pelo grêmio dos professores, dava-se não somente pelas vias institucionais, a exemplo do Congresso, como também através das páginas da revista. Esse foi o caso de Dario Vellozo que, além de publicar o Programa de Estudos da Escola Moderna, levou o projeto ao Congresso Legislativo Estadual do Paraná. Tal fato sugere uma função ideológica para a revista, de geração de consenso entre professores do grêmio e demais leitores.

A associação de professores em uma revista e um grêmio, em busca de um mesmo ideal (o de reformar a instrução pública no Estado), não sugere uma homogeneidade nas ações e ideias. Pelo contrário, demonstra que, em busca de um mesmo entendimento, concessões e permutas devem ser realizadas.

Essa relação mostra complexidade nos debates existentes, não sendo possível reduzi-los a lado certo ou errado. Caracteriza-se por ser um processo permeado de contradições que se expressam de diferentes maneiras, a depender dos interesses que são pautados nos debates.

A organização dos professores e intelectuais em coletividade era realizada tanto no âmbito estadual quanto nacional e internacional, visto que, por diversas vezes, textos de outros intelectuais do Brasil e de outros países eram veiculados nas páginas do periódico, inserindo os debates no contexto nacional e internacional da História da Educação.

Tais discussões, realizadas em *A Escola* e também nos Relatórios e Mensagens de Governo, sugerem que o incômodo com os problemas da instrução eram uma preocupação bastante significativa. A publicação do Regulamento de 1909, que conferia uma descentralização no papel do Estado em organizar o ensino, concedia maior poder aos professores, através do Conselho Superior de Ensino e dos Conselhos Municipais, o que demonstra uma vitória importante para os professores.



Se isso foi resultado direto da ação dos docentes do Grêmio e da revista, não é possível afirmar, mas indicam uma sincera sintonia dos interesses.

Essas disputas, desveladas nas fontes analisadas, apontam para uma década de 1900 agitada do ponto de vista do debate educacional no Paraná. Em geral, não sem razão, a historiografia educacional sobre o início da República no Brasil ressalta a importância da década de 1920, especialmente no que se refere ao movimento de reformas que se espalhou nacionalmente, como resultado da efervescência do movimento escolanovista. Contudo, o olhar para o particular, no âmbito regional, permite identificar particularidades que, muitas vezes, poderiam passar despercebidas. Esse olhar permite um conhecimento mais complexo no qual o particular não se reduz à mera abstração ou generalização de um movimento nacional mais amplo.

O Paraná só foi ter um novo Código de Ensino em 1915, após a publicação do Regulamento de 1901 que, depois de várias tentativas de diferentes grupos de suspendê-lo, acabou retornando à ativa. Tendo em vista apenas documentos oficiais, como é o caso dos regulamentos e códigos de ensino, pode-se ter a impressão de que durante todo o período de 1901 a 1915, pouco se discutiu ou se falou sobre instrução. Isso demonstra a importância de periódicos como fonte para a História da Educação, pois permite que outras polêmicas e problemáticas sejam desveladas, contribuindo para um entendimento mais amplo do fenômeno educacional.

Por fim, a defesa empreendida por Dario Vellozo ao seu projeto de educação e a disputa ao redor da publicação de um novo regulamento, em 1909, sua suspensão e o retorno da vigência do antigo, mostra que quando um projeto educativo se torna vitorioso, outras alternativas foram superadas e derrotadas. Diante do exposto, algumas perguntas ainda estão sem respostas. Quais interesses não foram desvelados? Por que Arthur Pedreira Cerqueira, Diretor-Geral da Instrução Pública, não estava de acordo com o Regulamento de 1909? Quais interesses ele representava? É intrigante o posicionamento do diretor, visto que ele estava no ato de fundação da Liga de Ensino em 1907. Quais concessões são feitas neste jogo político? Essas são algumas das questões em aberto que podem levar a investigações futuras.

FLÁVIO MASSAMI MARTINS RUCKSTADTER

Doutor em Educação, graduado em História. Docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd) no Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE), *Campus* de Jacarezinho, Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

MARIA BEATRIZ DE ALMEIDA MELLO

Graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

## REFERÊNCIAS

A *ESCOLA*: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910. Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

BASTOS, M. H. C.; BILHÃO, I.; SILVEIRA, E. S. Quando a recordação é referência: reflexões e experiências de uma professora/pesquisadora no campo da História da Educação. *Reflexão e Ação*, v. 27, n. 3, Santa Cruz do Sul, set./dez. 2019. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/14098>. Acesso em 18 de maio de 2021.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GALLO, S. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pro-Posições* vol.24, n. 2. Campinas May/Aug. 2013. Disponível em <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642651>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

GOMES, J. M. *Religião, educação e hegemonia nos "Quaderni del Carcere" de Antonio Gramsci*. Maringá: Eduem, 2014.

GRAMSCI, A. Escritos escolhidos 1916-1935. In: COUTINHO, C. N. (org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARANÁ. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos*. 1904. Apresentado ao Exmo. Presidente do Estado em 13 de janeiro de 1905. Bento José Lamenha Lins, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

RUCKSTADTER, V. C. M.; NODA, M. Uma só linguagem, um só hino, uma só bandeira: Educação Cívica e Laicidade no pensamento de Dario Vellozo. *Educere et Educare Revista de Educação*. Vol. 13, Número Especial, Jul./Dez. 2017. Disponível



em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18137>.  
Acesso em 16 de outubro de 2020.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas*. 4a ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, C. S. *Utilitarismo, Civismo e Cooperativismo no projeto educacional de Francisco Ribeiro Azevedo Macedo (1892-1974)*. Tese de doutorado, UFPR, 2012.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.40, p. 60-71, dez. 2010.

*Recebido em: 18/10/2020.*

*Aprovado em: 13/07/2021.*